



Operação detém responsáveis da Segurança Social que vendiam declarações a empresários



Foto: Lusa

Cinco detidos em megaoperação contra corrupção na administração pública. Cerca de 50 buscas estão a ser feitas em casas, escritórios, empresas de contabilidade e de outros sectores de actividade.

04-03-2015 11:43

Cinco pessoas foram detidas pela Polícia Judiciária por corrupção. A operação está relacionada com um alegado esquema entre empresas privadas e pessoas com responsabilidades na administração pública.

A Procuradoria-Geral da República confirmou à **Renascença** a

realização das buscas, indicando apenas que estas estão a decorrer "no âmbito de um inquérito que corre termos no Departamento de Investigação e Acção Penal (DIAP) de Lisboa por alegada corrupção".

O "Correio da Manhã" avança que os detidos são dois responsáveis do Centro Distrital de Lisboa da Segurança Social, um director e um chefe de serviço, um advogado e dois técnicos oficiais de contas.

Os dois primeiros são suspeitos de vender falsas declarações a dezenas de empresários, a atestar que as respectivas empresas não têm dívidas para com a Segurança Social, de modo a que as empresas se possam apresentar de forma fraudulenta a concursos públicos.

Oitenta inspectores da PJ levam a cabo cerca de 50 buscas em casas, em escritórios, empresas de contabilidade e outros sectores de actividade.

Esta é uma acção conjunta da Unidade de Combate à Corrupção da Polícia Judiciária e do DIAP de Lisboa.

O bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas disse à Renascença que vai pedir informações às autoridades policiais, para identificar os detidos em causa e avançar com processo disciplinar interno. "Iremos notificar, nos termos do estatuto, a polícia de investigação. Depois, comunicar e identificar à ordem a pessoa responsável, sem ferir o segredo de justiça. De seguida é instaurado um procedimento disciplinar na ordem, uma vez que este é completamente independente do procedimento judicial, com vista a apurar qual é a responsabilidade dos profissionais", explicou Domingues Azevedo.

Na passada semana, em entrevista à **Renascença** e ao "Público", a procuradora-geral da República tinha falado de "**uma rede que utiliza o aparelho de Estado**" para corrupção. Apesar das falhas que têm sido apontadas a Portugal neste combate, Joana Marques Vidal defende que o Ministério Público está a fazer a sua parte contra

estruturas que se aproveitam do aparelho de Estado e da administração pública para "actos ilícitos, muitos na área da corrupção".